

RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.983 - RS (2016/0006024-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : ANDRÉ DA COSTA RIBEIRO - PR020300
RICARDO POLESELLO - RS055143
RAFAEL AGUIAR CAMARGO E OUTRO(S) - RS090760
RECORRIDO : ANGELO ALVES DA SILVA - ME
ADVOGADO : DANIEL AGOSTINI E OUTRO(S) - RS062022

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO DO BRASIL SA, fundado no art. 105, III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Nas razões do nobre apelo, o recorrente debate os seguintes temas: a) negativa de prestação jurisdicional; e b) possibilidade de cobrança da comissão de permanência.

É o relatório. Decido.

Negativa de prestação jurisdicional:

A violação dos arts. 165, 458, II e III, 515, §1º, e 535, II do CPC/1973 não se efetivou na hipótese *sub examine*, uma vez que não se vislumbra omissão no aresto proferido pela Corte de origem que, com efeito, pronunciou-se acerca de todas as questões relevantes postas à sua apreciação.

É cediço que quando o julgador se manifesta de forma clara e suficiente sobre a matéria debatida nos autos, não cabe falar em nulidade do seu *decisum* somente porque contrário aos interesses da parte.

Assim, afasto a alegação de omissão do acórdão proferido pelo Tribunal Estadual.

Comissão de Permanência

A Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento acerca da comissão de permanência nos moldes do art. 543-C do CPC/1973, ao apreciar o Tema n. 52, conforme acórdão assim ementado:

DIREITO COMERCIAL E BANCÁRIO. CONTRATOS
BANCÁRIOS SUJEITOS AO CÓDIGO DE DEFESA DO

CONSUMIDOR. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. VALIDADE DA CLÁUSULA. VERBAS INTEGRANTES. DECOTE DOS EXCESSOS. PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. ARTIGOS 139 E 140 DO CÓDIGO CIVIL ALEMÃO. ARTIGO 170 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

1. O princípio da boa-fé objetiva se aplica a todos os partícipes da relação obrigacional, inclusive daquela originada de relação de consumo. No que diz respeito ao devedor, a expectativa é a de que cumpra, no vencimento, a sua prestação.

2. Nos contratos bancários sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, é válida a cláusula que institui comissão de permanência para vigor após o vencimento da dívida.

3. A importância cobrada a título de comissão de permanência não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, ou seja: a) juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano; e c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52, § 1º, do CDC.

4. Constatada abusividade dos encargos pactuados na cláusula de comissão de permanência, deverá o juiz decotá-los, preservando, tanto quanto possível, a vontade das partes manifestada na celebração do contrato, em homenagem ao princípio da conservação dos negócios jurídicos consagrado nos arts. 139 e 140 do Código Civil alemão e reproduzido no art. 170 do Código Civil brasileiro.

5. A decretação de nulidade de cláusula contratual é medida excepcional, somente adotada se impossível o seu aproveitamento.

6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REspS n. 1.058.114/RS e 1.063.343/RS, relator para o acórdão Ministro João Otávio de Noronha, DJe de 16/11/2010.)

A comissão de permanência abrange, na verdade, três encargos: os juros remuneratórios à taxa média de mercado, nunca superior àquela contratada para o empréstimo, os juros moratórios e a multa contratual (AgRg no REsp n. 986.508/RS, relator Ministro Ari Pargendler, DJe de 5/8/2008).

Consolidando esse entendimento, o STJ editou a Súmula n. 472, cujo teor é o seguinte: "A cobrança de comissão de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios, e da multa contratual".

No caso, o aresto impugnado decidiu de acordo com esse entendimento (fls. 291/297).

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso especial.**

Deixo de majorar os honorários advocatícios nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

